

Relações de trabalho e industrialização recente na periferia

Vitor Wagner Neto de Oliveira

A migração de plantas industriais para cidades pequenas e de porte médio, de certa forma, reproduz, internamente no Brasil, o movimento de capital industrial internacional do centro para a periferia. Os atrativos para esse movimento de capital entre regiões brasileiras são, também, os mesmos que movimentam muitos investimentos industriais em nível internacional: mão de obra barata, ausência de tradição sindical na indústria, desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador, ausência de obstáculos legais (especialmente ambientais) e facilidades fiscais. A argumentação aqui apresentada para este problema parte do macro (movimento da economia global) para o micro (movimento da economia local). Em um primeiro momento apresenta-se um entendimento da relação entre Estado e capital. Em seguida apresenta-se a cidade em estudo – Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul – no que se refere à incorporação de relações de produção industrial nos marcos do período “toyotista”, com vistas a descortinar as relações de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: industrialização recente; relações de trabalho; condições de vida.

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir a política de atração de indústrias para regiões sem tradição industrial, com base em práticas como os baixos salários e a precarização do trabalho, a partir da análise de uma realidade específica vivenciada entre os anos de 1997 e 2010. Para tanto, optou-se por iniciar a apresentação problematizando a história brasileira recente da relação entre Estado e iniciativa privada, interpretando-a como uma linha de continuidade, o que permite entender a fuga de plantas industriais dos centros econômicos tradicionais (nacional e internacional) para a periferia.

* Professor Doutor Adjunto em História UFMS/CPTL. vitorwagnern@yahoo.com.br

The migration of manufacturing plants for small towns and mid-sized, in a sense, reproduces, internally, the international movement of industrial capital from center to periphery. The attractions for this movement of capital between regions of Brazil are also the same move that many industrial investments on the international level: cheap labor, no union tradition in the industry, deregulation of laws protecting workers, absence of legal barriers (especially environmental) and tax concessions. The argument presented here, part of the macro (global

economics movement) to the micro (movement of the local economy). In a first moment presents an understanding of the relationship between State and capital. Then comes the city in the study – Três Lagoas, in the state of Mato Grosso do Sul - as regards the incorporation of relations of industrial production within the framework of the period “toyotist”, in order to uncover the relationship of work and living conditions of workers.

Keywords: newly industrialized, labor relations; living conditions.

Na sequência, o artigo analisa este fenômeno da industrialização recente em regiões interioranas, entendendo-o como inserido na terceira fase de acumulação do capital, conforme a definição de François Chesnais¹, em que se reafirma a relação intrínseca entre Estado e capital.

No tópico seguinte apresenta-se uma narrativa histórica da formação do município de Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul: uma cidade do século XX que se transformou acompanhando o movimento de interiorização do Estado e do capital, desde a implantação estatal da ferrovia Noroeste do Brasil, ao momento atual de investimentos privados e estatais a partir de uma política pública de isenção de impostos e, conseqüentemente, atração de indústrias.

Por fim, a análise de dados quantitativos e qualitativos, coletados junto aos operários industriais do município em foco, permite problematizar o discurso de desenvolvimento industrial como promotor de desenvolvimento social. Em todo o percurso da discussão, a preocupação está em entender o lugar que o trabalhador ocupa nesta lógica política e econômica.

Estado e capital na periferia

Até que ponto a *iniciativa privada* é puramente um investimento privado? Esta é uma questão que se coloca em primeiro plano quando analisamos mais de perto o processo de industrialização brasileira nos diversos períodos e, especial-

¹ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 14.

mente, a partir da década de 1940 quando se tem mais claramente a disputa entre modelos de desenvolvimento para o país.

Conforme o entendimento clássico de Octávio Ianni² sobre o Brasil independente, quatro modelos de desenvolvimento econômico estiveram em disputa, especialmente a partir do final do século XIX e ao menos até o momento em que o autor escreve *O colapso do populismo no Brasil*, na década de 1960, na vigência do regime civil-militar. Esses modelos eram o agro-exportador; o de substituição de importações; o internacionalista (ou de associação ampla) e o socialista. O que contrapõe esses modelos entre si é a maior ou a menor regulamentação do Estado na economia e a maior ou a menor presença do capital internacional no desenvolvimento dos setores da economia. Nenhum deles questiona a junção de interesses do Estado e do empresariado, como se fosse ponto pacífico o papel do primeiro como órgão de apoio e mesmo de executor dos projetos fundamentados nos interesses privados.

Mesmo ao projeto dos socialistas alvejados por Octávio Ianni (os teóricos e militantes ligados à seção da III Internacional Comunista no Brasil, o PCB, anterior ao golpe de 1964), o Estado deveria ser o agente promotor do desenvolvimento industrial, para a modernização do país, o que possibilitaria abrir o caminho para a revolução burguesa, por essa premissa condição primária para a revolução socialista.

Passado quase meio século do golpe civil-militar de 1964, marco da vitória do projeto político e econômico internacionalista em detrimento das alternativas nacionalistas e socialistas, e percorridas cerca de três décadas do liberalismo econômico revigorado, o papel do Estado como subsidiário da iniciativa privada continua central para garantir a implantação de indústrias e outros projetos econômicos privados.

Mesmo os propalados neoliberalismo e globalização da economia que, no limite e aos defensores do capital, significariam o fim do Estado nacional, tiveram que se mesclar e aliar o capital à força do Estado. As fronteiras econômicas, políticas e culturais continuam garantindo uma maior ou menor pressão do capital para uma maior subjugação do Estado. A última crise do capitalismo global, iniciada em 2008 e ainda em curso, demonstra a permanência dessa relação entre Estado e capital, nas mais diversas nações, sejam essas de governos de frente-

² IANNI, Octávio. *O colapso do populismo do Brasil*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

-popular, como no Brasil e em parte da América Latina, sejam as de governo claramente liberal como nos Estados Unidos e grande parte da Europa.

Essa relação entre Estado e capital não se apresenta de forma homogênea e a principal diferença do processo atual, quando comparado a momentos anteriores, é a rápida incorporação de novas tecnologias, especialmente de comunicação e gestão, no processo produtivo em países periféricos. De periferia do sistema de produção de mercadorias, o que lhes destinava a função de produtores primários na divisão internacional do trabalho, os chamados *países em desenvolvimento* se vêm aceitos como parceiros importantes, mas não iguais na produção industrial do globo. Isso tem aumentado a valorização econômica dos países periféricos, levando, inclusive, alguns governos a pleitearem espaços decisórios em organismos internacionais, como é o caso do Brasil em relação à ONU.

Essas transformações nas relações econômicas internacionais todavia permanecem nos quadros da divisão internacional do trabalho, guiada pela distinção entre centro e periferia, e que destina aos ditos países *emergentes* uma ação de coadjuvantes: ativos, mas coadjuvantes. Nesta perspectiva a ação de um país periférico no jogo do capitalismo internacional será mais ou menos eficaz, quanto mais atrair investimentos externos. Para tanto, a política de desenvolvimento econômico desses países deve estar voltada para essa atração, e as armas privilegiadas desses países são a reserva de mão de obra barata, a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador, a ausência de obstáculos legais e as facilidades fiscais.

As cidades de industrialização recente, localizadas no interior do Brasil, em regiões sem tradição industrial como Norte, Nordeste e Centro Oeste, apresentam empiricamente os problemas desse processo de submissão do Estado ao capital. A migração de plantas industriais³ para cidades pequenas e de porte médio, de certa forma reproduz internamente o movimento de capital industrial internacional do centro para a periferia.

Em que pese o problema teórico da adoção do conceito Cepalino (centro-periferia) para a realidade nacional, apontado por Wilson Cano, na década de 1970, o mesmo é válido para pensar a dinâmica do capital e das relações de

³ Sobre a realocação industrial ver ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo, SILVA, M. A. S. (Orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 18.

trabalho na atualidade aqui em foco. Nesta mesma obra, o autor identifica São Paulo como centro e o restante do país como periferia, destacando que:

[...] a concepção ‘centro-periferia’ só é válida quando aplicada ao relacionamento entre Estados-nações, e não entre regiões de uma mesma nação, em que a diferenciação de fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas de política cambial, tarifária e outras, salvo as relacionadas às políticas de incentivos regionais⁴.

Os atrativos para o movimento de capital entre regiões brasileiras são também os mesmos que movimentam muitos investimentos industriais em nível internacional: mão de obra barata, ausência de tradição sindical na indústria, desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador, ausência de obstáculos legais (especialmente ambientais) e facilidades fiscais. Essa dinâmica será abordada nos tópicos seguintes.

Globalização do capital, periferia e relações de trabalho

O movimento internacional de mercadorias e de capital não é recente, e se há alguma linha de continuidade na história do capitalismo é a sua tendência à incorporação de tudo ao âmbito da mercadoria. Disso não se conclui que a história se repete ou que não haja mudanças em seu movimento ao longo do tempo.

Para um período mais recente do século XX, François Chesnais⁵ distingue ao menos três fases de acumulação do capital, compreendidas como “momentos em que numerosos fatores desembocam num novo conjunto de relações internacionais e internas, que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões”. A primeira fase, conforme o autor, seria de 1880 a 1913, identificada com o imperialismo e o liberalismo. A segunda fase teria seu início após a Segunda Grande Guerra, na década de 1940, terminando em 1974-1979, período “nascido das relações políticas (nacionais e internacionais) e das instituições (sindicatos fortes, Estado social)”,

⁴ CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. 3ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 21.

⁵ CHESNAIS, François. *Op.cit.*, p. 14.

denominado de “fordista”. A terceira fase de acumulação do capital, denominada por François Chesnais de “mundialização do capital”, fora iniciada na década de 1980, marcadamente diferente dos dois períodos antecessores, especialmente no que se refere ao sentido, ao conteúdo e aos resultados da acumulação de capital.

Nesta última fase, a esfera financeira, especialmente centralizada, anônima e ávida pela liquidez e rentabilidade imediata, tem influenciado como nunca antes os investimentos e a distribuição da riqueza produzida, isso em vista da sua junção ao capital industrial. Os Estados nacionais tentam, a todo custo, se apresentar como mercados seguros para os investimentos financeiros a fim de, na medida do possível, atrair o capital industrial. Para tanto, os Estados devem garantir a mesma segurança e liquidez para o investimento industrial: retorno rápido e garantido. É neste contexto que se colocam as novas formas de organização do trabalho, o “toyotismo” por exemplo, como sugere Chesnais⁶. É a adaptação à lógica privada, não só do Estado, mas das relações sociais como um todo, especialmente a partir do trabalho.

Os Estados, principalmente os países periféricos, andam no fio da navalha e ao menor movimento que entre em desacordo com os ditames do mercado um ou outro Estado pode deixar de ser *atraente*, o que significa perder investimentos. Nessa dinâmica, não é o Estado que atrai o capital, mas é o capital que incorpora – ou não – à sua órbita determinadas regiões do planeta. Para a continuidade dessa liberdade de escolha do capital há a necessidade da existência dos Estados nacionais. São as fronteiras que possibilitam a hierarquização entre os países merecedores de investimento e aqueles não merecedores, configurando-se tais países como que *exércitos de reserva* à margem da economia dominante ou precariamente inseridos.

No plano industrial exige-se a adaptação às novas formas de organização da produção e neste sentido a globalização, ou mundialização do capital, deve ser entendida como um fenômeno microeconômico porque tem seus lastros nas relações sociais de produção que são, em última análise, materiais.

O capital inicia sua reação ao avanço operário e à crise econômica, já nos anos 1970, por meio de novos métodos organizacionais no interior da fábrica e na absorção das novas tecnologias de produção.⁷

⁶ *Idem*, p. 17.

⁷ Ver Antunes (2000).

No Brasil, estes movimentos de ascensão e refração do trabalho em alguns momentos e do capital em outros foram destoantes em relação aos países centrais, mas, via de regra atingiu no tempo presente os mesmos patamares, guardadas as singularidades de nosso desenvolvimento industrial. O sindicalismo combativo brasileiro também não foi capaz de construir propostas alternativas ao capital, deixando espaço para a emergência das correntes social-democratas e mesmo de direita explícita, correntes que cada vez mais se aproximam em suas posições, especialmente em uma conjuntura de governo de frente-popular que atraiu para a sua órbita e para os seus cargos as lideranças sindicais.

Na atualidade, a montagem de plantas industriais em cidades pequenas ou médias já parte desta dinâmica. As indústrias, ao optarem por uma região sem tradição industrial, percebem as vantagens de contar com uma mão de obra que não carrega os resquícios do operário formado no período do “novo sindicalismo”. Por outro lado, os empreendimentos não podem contar com o “saber do chão da fábrica”, ou seja, com a experiência do operário das regiões tradicionais na indústria. A solução encontrada para esse problema parece ser a implantação de linhas de produção que não exigem conhecimentos técnicos mais elaborados, bastando cursos simples e rápidos (oferecidos por órgãos governamentais e empresariais) para formação de mão de obra. Nos tópicos seguintes veremos como Três Lagoas, cidade localizada no leste de Mato Grosso do Sul, se insere historicamente nesse movimento de capital e trabalho.

O “progresso” para o sertão

No início do século XX a locomotiva a vapor ainda era, no Brasil, o símbolo da modernidade e do progresso que a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII na Inglaterra, espalhou para todo o mundo. Exemplo cabal da evolução da técnica por permitir o transporte de mercadorias e de passageiros por longos cursos e em larga escala, era o sentimento de que junto com a máquina viria a “civilização”, refletida na urbanização.

Particularmente para Três Lagoas essa expectativa se confirmou. De um acampamento de ferroviários, estabelecido em 1909, transformou-se em entreposto comercial em 1913 com a inauguração da primeira estação ferroviária, para se tornar Vila de Três Lagoas em 1915, pertencente à comarca de Santana de Paranaíba, mas politicamente emancipada. A cidade nasceu do trabalho associado ao “progresso”...

Quando o trem da Noroeste do Brasil passou a circular entre Bauru e Porto Esperança, no pantanal mato-grossense, Três Lagoas se transformou em cidade dormitório e se desenvolveu com base no comércio: “Os conquistadores já não eram só os fazendeiros, mas também os negociantes. Com a Noroeste, além do transporte vieram a construção da ponte sobre o rio Paraná, as casas importadoras e exportadoras e os órgãos burocráticos”⁸. A modernidade que se esperava chegar com a ferrovia deveria se refletir na organização da urbe, daí a cidade ter sido planejada com ruas largas e retas a partir da estação ferroviária, com perspectivas futuras de um fluxo crescente de veículos e de pessoas.

A técnica, corporificada na locomotiva, era o símbolo maior da modernidade que possibilitaria o advento do progresso corporificado no ordenamento da urbe. O trabalhador era, neste momento, convocado – e mesmo aliciado em diversas regiões brasileiras e fora do país – a contribuir para o desenvolvimento na construção da ferrovia e depois na operação da mesma⁹. Pretendia-se que esses sujeitos estivessem subsumidos pela aura do progresso, cobertos pela fumaça do vapor. Em 1927, com a conclusão da ponte ferroviária sobre o rio Paraná, a dinâmica urbana se alterou. Houve uma evasão de trabalhadores em vista da desativação do canteiro de obras, repercutindo no decréscimo populacional e comercial, agravado em 1930 com o fim do pernoite do trem. Em 1915 a cidade contava com 9.044 habitantes e possuía 9 hotéis. Em 1935 decresce para 6.034 habitantes, com 4 hotéis. Em 1950 o número de moradores ainda permanecia abaixo do índice de 1915¹⁰.

Esses altos e baixos revelam as características de uma cidade dependente dos investimentos públicos em obras de grande vulto. Isso se repetiria futuramente quando da construção, na década de 1960, da Hidrelétrica de Jupiá, no rio Paraná,

⁸ MENDONÇA, Nadir Domingues. *A (des)construção das (des)ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915-1945*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991, mimeo., p. 87.

⁹ MORATELLI, Thiago. *Os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, experiências operárias de um sistema de grande empreitada (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914)*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2009, mimeo.

¹⁰ CATTANIO, Maria Bernadeth. *A dinâmica urbana e a estruturação de Três Lagoas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Sagrado Coração de Jesus, Bauru-SP, mimeo., p. 13.

vista como um marco das grandes obras de infraestrutura energética do Brasil moderno, que favoreceu o dinamismo urbano em vista da migração de pessoas oriundas de diversas partes do país para constituir na cidade categorias profissionais relevantes na vida política local, os barrageiros e eletricitários. De 17.279 habitantes, em 1960, passa para 43.732, em 1970, um aumento de 128,7%.

No tempo presente, as obras industriais – investimento privado a partir de uma política pública de atração de indústrias – voltam a acelerar as mudanças urbanas e sociais do município ao alterar a base econômica e ao possibilitar a configuração de novos sujeitos a comporem o mundo do trabalho urbano. Em 1996, quando se intensificou a política de atração de indústrias para Três Lagoas, a população correspondia a 74.430 pessoas; em 2010 chegou a 101.722.¹¹ Em uma década a cidade cresceu 28,66%, passando de 79.059 habitantes em 2000, para 101.722 em 2010. Cidades de porte semelhante no Estado, como Corumbá e Dourados, cresceram no decênio, respectivamente 8,38% e 19,19%.

Conforme dados levantados por questionários aplicados aos operários das indústrias de Três Lagoas,¹² os trabalhadores são, em sua maioria, nascidos ou residentes no município há mais de cinco anos, mas também são moradores de outras cidades próximas, especialmente do interior de São Paulo.

Os questionários aplicados em 2005¹³ revelam que: para além dos 16 trabalhadores naturais de Três Lagoas, 14 moravam há mais de doze anos na cidade, 3 há mais de nove anos, 1 há mais de um ano, 6 de um a quatro anos, e 2 há menos de um ano. Em 2010, dos que responderam à questão: 7 trabalhadores eram naturais de Três Lagoas, 10 eram naturais de outras cidades de Mato Grosso do

¹¹ Dados extraídos das estatísticas históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

¹² Dados analisados pela equipe do projeto de pesquisa “Industrialização recente e relações de trabalho em Três Lagoas-MS” desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq entre 2008-2011 (Edital 06/2008, Jovem Pesquisador). A pesquisa teve por objetivo estudar as condições de vida e trabalho dos operários na cidade, guiada pela hipótese de precarização das relações de trabalho. Aplicou-se, no ano de 2010, questionários quantitativos para 56 trabalhadores dos ramos alimentício, calçadista e têxtil. Os dados daí extraídos foram cruzados com as informações coletadas em 42 questionários semelhantes, aplicados em 2005, o que permitiu perceber as tendências em um espaço de tempo de cinco anos.

¹³ Os questionários de 2005 foram aplicados por pesquisadores iniciantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenados pelo autor do artigo e pelo professor Dr. José Carlos Ziliani.

Sul, mas moravam em Três Lagoas, e 19 moravam em cidades próximas, especialmente no interior de São Paulo. Os números demonstram que Três Lagoas tem se tornado um centro regional de atração de trabalhadores, muitos dos quais “pendulares” por não residirem na cidade.

Quanto ao êxodo rural, o que pode revelar mudanças nas formas tradicionais de trabalho e produção, também houve alteração acelerada, diminuindo significativamente a já reduzida população rural, em uma região de predominância da grande propriedade pecuária: 6,82% da população do município, em 2000, vivia na zona rural; em 2010 apenas 4,15%, uma variação de 2,67, enquanto Corumbá permaneceu inalterado e Dourados variou em 1,49.¹⁴ Os trabalhadores rurais encontram na cidade o emprego na indústria, como revelam os questionários aplicados, mas também o trabalho no campo, todavia ligado à indústria, no cultivo e extração de eucalipto para a fabricação da celulose e do papel.

A realidade atual, de certa forma, é a realização de um desejo de progresso que as elites políticas locais, ligadas à pecuária e ao comércio, historicamente esperaram. Um desejo que vem se renovando a cada momento em que se dão os investimentos em grandes obras.

Em meados da década de 1990, no auge do denominado neoliberalismo no Brasil, o governo municipal e órgãos representantes dos empresários de Três Lagoas passaram a discutir com maior ênfase a possibilidade de industrialização do município. As possibilidades se apresentavam mais reais quanto mais se tinham incentivos financeiros e fiscais oferecidos pelo município, como por exemplo: doação de terras, isenção de imposto predial e territorial; pelo Estado, dava-se ainda a isenção de 67% do ICMS a pagar em um prazo de dez anos e pela União, a elaboração do Fundo Constitucional do Centro Oeste, por intermédio do Banco do Brasil e pelo BNDES que concede financiamento com juros facilitados e carência na construção do prédio e compra de maquinário.

O discurso empresarial e governamental veiculado pela imprensa ressalta a localização do município, na divisa com o Estado de São Paulo, bem como a

¹⁴ Kudlavicz observa que o êxodo rural na região de Três Lagoas se relaciona também ao monocultivo do eucalipto, utilizado na indústria papeleira. In: KUDLAVICZ, Mieceslau. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microregião de Três Lagoas/MS*. Dissertação em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2011, mimeo., p. 56.

infraestrutura energética (usinas hidrelétrica e termoelétrica) e de transporte (ferrovia, hidrovia e rodovias) como principais aspectos de atração de investimentos industriais. Os incentivos fiscais, via de regra, aparecem, nesse discurso, como se fosse algo subliminar e sempre insuficiente, algo ainda a ser conquistado ou ampliado via reforma tributária e trabalhista. No que se refere à mão de obra esta aparece quase sempre como algo a ser formado, daí a demanda, muitas vezes forjada pelo discurso, por cursos profissionalizantes. O trabalhador, neste sentido, é visto como sempre insuficientemente formado, interpretação que oculta a questão do valor da mão de obra e a fragilidade da organização coletiva desses trabalhadores, como principais atrativos.

Talvez o que diferencia, significativamente, o discurso anterior de modernidade, quando da construção da ferrovia e da hidrelétrica, para o que se apresenta neste momento da industrialização como sinônimo de *progresso*¹⁵, é o lugar que o trabalhador ocupa nessa perspectiva.

No primeiro caso, para se justificar os investimentos na ferrovia e na hidrelétrica, o discurso se guiava pela questão da unidade nacional, pelo desenvolvimento da Nação: avançar a civilização rumo à fronteira oeste e dotar o país de infraestrutura energética para garantir o desenvolvimento industrial no centro-sul. O trabalhador era lembrado de forma ligeiramente distinta no contexto da construção da ferrovia e da hidrelétrica: para o primeiro contexto (da ferrovia na década de 1910), os trabalhadores a compor o universo do trabalho seriam o degredado, o imigrante japonês, os aliciados no Paraguai e na Argentina, que empreenderiam o esforço de implementação de um agente civilizador (a locomotiva); para o segundo momento (da hidrelétrica na década de 1960), seriam os flagelados do nordeste que não somariam esforços para a construção da grande obra, um projeto nacional para resolver o gargalo do desenvolvimento industrial do centro-sul (a energia).

A partir da década de 1990 e mesmo no contexto atual, o desemprego local e o atraso regional em relação aos centros “desenvolvidos” do país são colocados

¹⁵ Conforme Alves “os sujeitos que trazem em seu discurso” o conceito de “progresso”, na atualidade de Três Lagoas, “abrangem a *cúpula* dos dirigentes da cidade, e atuam em busca da realização de interesses particulares e não da sociedade como um todo.” In: ALVES, Walter de Assis. *Trabalhadores têxteis em Três Lagoas: experiências de trabalho, práticas sociais e atuações políticas*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, 2009, mimo., p. 11.

pela administração pública e os interesses privados como justificativas para os esforços estatais de atração de indústrias. O trabalho – ou a falta deste –, portanto, surge como fenômeno local já consumado. Não é mais um esforço nacional, mas sim regional e até local de procurar uma saída para a economia estagnada. Para tal, idealiza-se o desenvolvimento industrial de São Paulo, busca-se a aproximação deste mercado como fornecedor de produtos industriais e, ao mesmo tempo, intensifica-se uma “guerra fiscal” contra o mesmo, com a adoção de incentivos que atraem empresas de São Paulo para a região.

No que se refere ao trato da questão regional e ao desenvolvimento, Wilson Cano¹⁶ salienta que existem quatro mitos. Aproximando a reflexão deste autor para a realidade analisada, um em particular diz respeito diretamente ao conteúdo da discussão sobre a industrialização recente em Três Lagoas:

[...]o mito de tomar como paradigma do ‘desenvolvimento’ as regiões industrializadas como São Paulo, e advogar, para as regiões mais pobres do país, uma política de industrialização como meio de eliminar o atraso, as disparidades, o desemprego e o subemprego. A industrialização seria, enfim, o mecanismo redentor do sofrimento regional.

Os dados colhidos e analisados na pesquisa sobre “industrialização recente e relações de trabalho”, a partir de questionários, referendam essa assertiva de Wilson Cano, ao mesmo tempo em que demonstram os dilemas do trabalhador diante das novas formas de organização da produção.

Considerações quantitativas e qualitativas

A partir da análise dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, é possível observar que, ao comparar o salário médio dos trabalhadores, nos dois períodos, houve redução da média salarial no fim do período (2010), com 40 trabalhadores (de 56 abordados) recebendo um salário mínimo, enquanto no início do período (2005) 30 trabalhadores (de 42 abordados) recebiam dois salários mínimos em média. Isso demonstra que embora o número de emprego na indústria tenha crescido no período, o salário mínimo continua como a alavanca do

¹⁶CANO, Wilson. *Op. cit.*, p. 26.

processo de industrialização: de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 no setor da indústria de transformação houve 29.006 contratados e 25.479 desligamentos, com saldo de 3.527 admissões.¹⁷

Uma aparente contradição surge quando abordamos as condições de vida do trabalhador, objetivada nos bens de consumo. Há um aumento significativo de praticamente todos os aparelhos de uso doméstico, como: computador, acesso a internet, telefone, freezer, chuveiro elétrico, máquina de lavar roupas e televisor. Embora os trabalhadores tenham aparentemente a possibilidade de maior poder de compra, o que parece haver é uma maior oferta de produtos, principalmente eletrônicos, que vem se difundindo neste período recente, facilitados pelas linhas de crédito, financiamentos e outros mecanismos de oferta de capital. A oferta destes produtos, todavia, não tem relação direta com a industrialização local, pois os produtos fabricados em Três Lagoas são destinados para outros centros e são comercializados na cidade como bens importados do sudeste. Os preços desses produtos, inclusive, não diferem de outras cidades não industrializadas do Estado de Mato Grosso do Sul. Não há, neste sentido, um processo de substituição de importação inter-regional”

Em uma rápida comparação com Corumbá, na fronteira oeste, uma cidade de porte semelhante, mas que não tem os atrativos que o discurso da administração municipal apresenta para o caso de Três Lagoas – quais sejam, proximidade com o Sudeste, vias de transporte e energia abundante –, é possível verificar que a industrialização não gera, por si só, melhoria da renda. Nas estatísticas do IBGE de 2008, relacionadas ao pessoal ocupado formalmente em diversos ramos de empresas e média salarial, Corumbá aparece com 15.188 pessoas ocupadas em 1.780 empresas, e Três Lagoas com 25.493 trabalhadores em 2.500 empresas. O salário médio mensal estava em 2.7 salários mínimos em Três Lagoas e 3.10 em Corumbá.

Pode-se deduzir que o salário industrial pago em Três Lagoas (cerca de um salário mínimo) acaba puxando a média para baixo, quando comparado com uma cidade que tem outros setores, que não o industrial, como principais empregadores.

Ao analisar a formação profissional percebe-se uma diminuição na taxa de qualificação da mão de obra via cursos profissionalizantes. Em 2005 exatamente a metade dos trabalhadores abordados disse que tinha realizado cursos de forma-

¹⁷ Conforme dados do CAGED Estabelecimento: <http://cagedestabelecimento.caged.gov.br/>

ção profissional para ingressar na indústria. Em 2010 há uma mudança significativa, com 71% afirmando não possuir curso de formação e 29% respondendo que fez curso para ingresso. Isso pode representar algumas hipóteses: primeiro, em relação ao ano de 2005, ainda era uma fase de consolidação das indústrias dos ramos têxtil, alimentício e calçadista, carentes de mão de obra qualificada para alimentar a linha de produção; segundo, em relação a 2010, a mão de obra é formada dentro das empresas, sendo que grande parte dos trabalhadores já passou por mais de um emprego industrial.

Os dados relacionados a organização sindical revelam discrepâncias significativas entre os dois períodos analisados, explicadas pela dinâmica das relações de trabalho e perspectivas de emprego e salário. Em 2005 tinha-se um número razoável de trabalhadores sindicalizados, cerca de 43% do total abordado, mas nesta mesma abordagem apenas 29% dos trabalhadores reconheciam a existência de sindicato formalmente organizado. No ano de 2010 observa-se um aumento significativo no reconhecimento de sindicatos organizados pelos 52% dos abordados, enquanto o número de sindicalizados diminui para 20%.

Isso coloca algumas questões sobre a existência de sindicatos formados no “chão das fábricas”, reconhecidos, por parte dos trabalhadores, como instrumentos de luta cotidiana e de defesa de direitos. Por certo, esse movimento talvez seja explicado a partir de um olhar mais global em relação à fragmentação da classe trabalhadora e o não reconhecimento das associações sindicais como instrumentos de luta coletiva. Por outro lado, vemos que os sindicatos representantes dos trabalhadores locais, em muitos casos, estão organizados em federações que a princípio não estão diretamente ligadas às questões orgânicas dos trabalhadores três-lagoenses, por atuarem em outras cidades e/ou estarem ligadas de alguma forma com a representação patronal.

No entanto apreendemos algumas distinções quanto a essas organizações, pois o trabalhador, mesmo que em sua maioria não seja sindicalizado, sente a ausência de um sindicato forte para auxiliá-lo em seus direitos básicos como, por exemplo, o salário e o ritmo de trabalho, dois problemas recorrente na fala dos trabalhadores.

Perguntados sobre a permanência no emprego, muitos trabalhadores consideram que esta depende deles próprios e não do empregador ou do governo. Apesar dessa autoconfiança é visível a quantidade de reclamações quanto a car-

ga excessiva de trabalho, assim como os fatores de risco a saúde em vista dos movimentos repetitivos e do contato com agentes químicos, físicos e biológicos.

Por ser recorrente, na fala do empregador, a distinção entre o trabalhador três-lagoense em relação ao trabalhador migrante, especialmente vindo do Sudeste, um dos objetivos do questionário aplicado foi levantar a percepção do trabalhador quanto a essa questão. A maioria dos trabalhadores percebe que há um tratamento diferenciado e que os de “lá” (de São Paulo) têm melhor remuneração e possuem qualificação. As empresas, conforme as entrevistas, lhes tratam de maneira distinta e isso aparece porque tais trabalhadores, pendulares interestaduais, contam com o “auxílio transporte e melhores salários”, conforme resposta livre de um trabalhador ao questionário.

A respeito da provável distinção entre trabalhadores de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, empregados nas indústrias de Três Lagoas, são interessantes as considerações do trabalhador Willian (23 anos), proveniente de Birigui-SP:

Aqui no Mato Grosso do Sul o que acontece nas empresas que está meio complicado ainda é a questão da mão de obra. Eu não sei se é porque o pessoal daqui sempre esteve acostumado a trabalhar na agricultura ou na pesca, ficou meio complicado trabalhar assim, eles não estão acostumados a seguir horário, receber ordens, então a gente sofre um pouco (...) porque aqui a mão de obra é uma das coisas mais difíceis que tem, por isso também que o pessoal muitas vezes traz gente de fora, porque acha uma mão de obra assim boa, aqui tem, lógico que tem, só que é difícil, não é fácil.¹⁸

Mesmo havendo, segundo os trabalhadores, uma possível “desigualdade” de tratamento para com os trabalhadores sul-mato-grossenses, se comparados aos demais, esses, pelo que sugerem as entrevistas, estão se adaptando ao contexto das fábricas e de suas necessidades por mão de obra qualificada, como observa Alves: “parte da população três-lagoense é moldada às novas circunstâncias econômicas, que exigem profissionais com habilidades diferenciadas daquelas até então prevalentes na cidade como requisito para a inserção no mercado de trabalho”¹⁹.

No início da implantação de indústrias no município havia uma intensa rotatividade do trabalhador nas empresas, em vista de um maior número de contratos

¹⁸ Entrevista gravada em 22 de agosto de 2011, pela bolsista de Iniciação Científica Mariana Souza do Nascimento.

¹⁹ ALVES, Walter de Assis. *Op. cit.*, p. 127.

temporários (em 2005, 12% dos entrevistados responderam ser temporários) e da terceirização na contratação via agências de emprego (12% entraram via agência e outros 38% por outros meios que não direto com a empresa). Em 2010 a rotatividade, revelada pela permanência em torno de 6 meses a 2 anos no emprego, parece acontecer por iniciativa do trabalhador em se desligar da empresa em busca de melhores condições salariais em outras indústrias, conforme os dados seguintes: 7% dos trabalhadores trabalhavam com contrato temporário, 98% dos trabalhadores tinham contrato diretamente com a empresa e 2% com agências de emprego.

A mudança por conta própria de emprego é permitida pela maior oferta de vagas, em relação ao número do desemprego, se comparado ao momento inicial da industrialização, ocorrido no final da década de 1990 e primeira metade da década de 2000. Por outro lado, permanece ainda a lógica apontada por Alves quanto à rotatividade da mão de obra que estaria ligada “às novas estratégias do mercado de trabalho, amparado pelo método do regime flexível de contratos, que mantém um fluxo volátil de contratações e dispensa de trabalhadores, sem maiores barreiras burocráticas e controle legal”²⁰.

Quanto ao aumento da receita do município em vista da implantação de indústrias, mesmo com a isenção fiscal, é de se notar que a elevação do PIB, como ocorrido abruptamente em 2009, quando se inicia a produção de celulose na International Paper (atual Fibria),²¹ não refletiu, até o tempo presente, em aumento da qualidade de vida na cidade, se considerarmos esta qualidade como melhoria na infraestrutura urbana, com saneamento básico, calçamento de ruas, investimento em saúde e educação, entre outras necessidades, bem como no aumento real do salário do trabalhador.

Ao comparar os gastos mensais e os salários, em 2005 e 2010, percebe-se o aumento no custo de vida, em um ambiente de intensa especulação imobiliária. Conforme levantamento feito por meio dos questionários, a média salarial dos operários da indústria, em 2005, era de dois salários mínimos (R\$600,00), en-

²⁰ *Idem*, p. 152.

²¹ Em matéria divulgada amplamente na imprensa local e nos cadernos de economia dos jornais nacionais, no ano de 2008, a fábrica de celulose International Paper, construída de 2008 a 2009, ao entrar em operação iria aumentar o PIB do município em 300%, colocando-o em 5º lugar no Centro Oeste, e em escala, aumentaria o PIB do Estado em 13% e o do Brasil em 0,15%. *Midiama-xnews*, 29 de fevereiro de 2008. http://www.midiamax.com/view.php?mat_id=317133

quanto os gastos médios mensais com aluguel e alimentação giravam em torno de R\$450,50 comprometendo três terços do ganho do trabalhador. Em 2010 o salário para a maioria dos operários da indústria era de R\$510,00 (um salário mínimo), enquanto os gastos médios mensais com aluguel e alimentação girava em torno de R\$600,00, o que comprometia a totalidade do ganho do trabalhador. A sobrevivência vem por meio das horas extras de trabalho e do incremento na renda via outras atividades ou de outros membros da família.

Considerações finais

Em que se pese a utilização dos números do crescimento de indústrias e de emprego industrial serem utilizados pelos “empreendedores” para “sedimentar a imagem de evolução social na cidade”, como se “os benefícios trazidos, e a trazer, pelas fábricas iniciam-se e finalizam nos valores quantitativos”²², os números servem, aqui, para questionar o mito do progresso social e mesmo de crescimento econômico.

Neste sentido, a pesquisa ainda levantou diversos outros dados estatísticos que confirmam as hipóteses de precarização das relações de trabalho e de baixos índices de condições de vida dos operários na cidade. Esses dados possibilitam questionar o mito do desenvolvimento industrial a qualquer preço como algo que trará, inexoravelmente, benefícios à população.

Cabe indagar ainda sobre o custo benefício deste desenvolvimento, algo que pode ser revelado a partir do estudo dos dados sobre a renúncia fiscal – em vista das leis de incentivo à implementação de indústrias – e da concentração/distribuição da riqueza, um estudo ainda por ser realizado.

²² ALVES, Walter de Assis. *Op. cit.*, p. 117.